



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO A Safra 2024/25 chega ao fim e, com ela, entregamos mais um resultado sólido diante dos desafios apresentados em proporções inéditas, comprovando a resiliência do nosso modelo de negócio e reafirmando a capacidade de entrega das nossas pessoas na operação de um conjunto de ativos único e irreplicável. Essas são características definidoras do leito de Ser São Martinho e foram essenciais para a conclusão deste ciclo e o atingimento dos resultados detalhados nesta Carta Financeira. A São Martinho processou 21,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar e 511,4 mil toneladas de milho na Safra 2024/25, totalizando 3,48 milhões de toneladas de ATR produzido. Neste ponto vale ressaltar a qualidade do nosso canal de venda de produto e da qualidade da matéria-prima processada, que destacaram cerca de 1 milhão de toneladas de cana das nossas lavouras, teria potencial para alcançar outras marcas históricas já nesta safra. Somado a isso, destaca também a consolidação da planta de etanol de milho e a conclusão seu primeiro ano completo de operação plena, marcando o início de uma campanha de contribuições que serão fundamentais para o atingimento de nossos objetivos estratégicos ao longo dos próximos anos, com diversificação de matéria-prima, ganho de eficiência e melhor rentabilidade do etanol. Nesta safra foram comercializados cerca de 1,3 milhões de toneladas de açúcar, 1,2 bilhões de litros de etanol, 964 mil MWh de energia elétrica renovável e 136 mil de toneladas de DDGS que, combinados, somaram R\$ 7,2 bilhões em receita líquida, com EBITDA Ajustado de R\$ 3,45 bilhões, marcas históricas para a Companhia. Novamente destaca os impactos dos incêndios que provocaram a redução da produção de ATR produzida e da qualidade da matéria-prima processada, reduzindo a margem do nosso portfólio e eliminando cerca de R\$ 250 milhões em EBITDA do nosso resultado. No âmbito dos investimentos, concluímos a expansão da capacidade de cristalização nas três unidades de São Paulo, ampliando nossa flexibilidade industrial para um mix de até 70% em açúcar, uma iniciativa estratégica para melhorar nossas opções de frente à forte volatilidade de preços dos nossos principais produtos. Também avançamos na ampliação dos sistemas de irrigação nas unidades São Martinho e Santa Cruz, atingindo 50 mil hectares irrigados, com foco em produtividade e longevidade dos canais. Outro marco importante foi a conclusão da primeira safra integralmente operada com colhedores de duas linhas na Unidade São Martinho, com ganhos relevantes em eficiência operacional, e o início de um programa de testes destes equipamentos utilizando etanol como combustível, um projeto com potencial de redução significativa no consumo de diesel, que aumentará a rentabilidade dos nossos produtos e reduz a intensidade de carbono das nossas operações. Ainda sobre nossos investimentos na diversificação do portfólio de produtos em busca de melhor rentabilidade, a planta de biometano localizada na Unidade Santa Cruz evoluiu de forma conclusiva nesta safra e está em fase final de construção, com início de operação previsto para a Safra 2025/26 e atingimento da capacidade plena na Safra 2026/27, ampliando nosso portfólio de soluções sustentáveis. Diante de um cenário macroeconômico desafiador e um ambiente de negócios em transformação, mantivemos nosso compromisso com a austeridade financeira e a disciplina de capital ao realizar captações estratégicas que garantem a execução do nosso plano de crescimento, com equilíbrio e responsabilidade. Neste sentido, encerramos o 7º e iniciamos o 8º Programa de Recupera de Ações na Safra 2024/25, iniciativa com foco na geração de valor para nossos acionistas e stakeholders. Avançamos orgulhosos por ter nossa jornada de inovação e pioneirismo no agronegócio reconhecida através da conquista do Prêmio de Empresa Mais Inovadora do Agronegócio Brasileiro em 2024, no ranking do Valor Inovação. Potencializando esse resultado, fomos elogiados também a Melhor Empresa do Brasil no setor de Bioenergia pelo anuário Valor 1000, conquistas que reforçam nossa trajetória na busca pela excelência em tudo que fazemos. Outro importante reconhecimento obtido nesta safra foi a recertificação com o selo Great Place to Work (GPTW), que reafirma a São Martinho como um excelente lugar para trabalhar a partir da opinião dos nossos próprios colaboradores. Concluímos a safra encetando, uma vez mais, a força da nossa gente. Convictos de que os avanços conquistados são resultados da dedicação e excelência das nossas pessoas, do compromisso com a saúde e com a segurança, da valorização das comunidades com as quais operamos e da responsabilidade socioambiental que o ecossistema exige, que atuamos. Reforcamos nosso agradecimento aos acionistas e demais stakeholders pela confiança em nossa visão estratégica e na gestão responsável dos nossos negócios, sempre com o propósito de construir um futuro mais próspero, eficiente, inovador e sustentável. **Descrição dos Negócios** A São Martinho S.A. é uma sociedade de capital aberto, com ações listadas na B3 de Valores de São Paulo (B3), no mais alto nível de governança corporativa, o Novo Mercado, desde a realização do seu IPO, ocorrido em 2007. A Companhia é uma das maiores empresas do setor sucroenergético no Brasil e possui, atualmente, quatro unidades agroindustriais em operação: São Martinho, em Pradópolis (região de Ribeirão Preto), SP, Iracema, em Itacaramolins (região de Limeira/SP), Santa Cruz, em América Brasileira (região de Aracaju), localizada a 45 km da Usina São Martinho e Boa Vista, em Quirinópolis (a 300 km de Goiânia, GO). Na safra 2024/25 a São Martinho processou cerca de 21,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar e 511,4 mil toneladas de milho. As operações de cana-de-açúcar produziram aproximadamente 1.329,0 mil toneladas de açúcar, 1.008,6 mil metros cúbicos de etanol e 789 mil MWh de energia elétrica renovável. O processamento de milho adicionou 212,6 mil m3 de etanol e 137,4 mil toneladas de DDGS. **1. Conjuntura de Mercado** De acordo com os dados de mercado para a Safra 2024/25, a região Centro-Sul do Brasil processou cerca de 622 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, representando uma redução de aproximadamente 5% em relação à safra anterior. O mix de produção para a região Centro-Sul direcionou 52% desta cana à produção de etanol, que somou cerca de 34,9 bilhões de litros (incluindo aproximadamente 6,2 bilhões de litros de etanol de milho), 4% superior à safra anterior. Do volume de etanol produzido, cerca de 12,4 bilhões de litros foram destinados para o exterior (5,7% vs.2 bilhões de litros) e 22,6 bilhões de litros para hidratação (expansão de 9,5%). O mix de produção de açúcar consumiu cerca de 48% da cana produzida, totalizando 402 milhões de toneladas do produto, que representou uma redução de 6% em relação à safra anterior. **2. Desempenho Econômico-Financeiro** Na tabela abaixo destacamos os principais resultados da Companhia referentes à Safra 2024/25, seguidos pela descrição dos principais fatores que contribuíram para referida performance nesta temporada.

	12M25	12M24	Δ 12M25/12M24
Receita Líquida¹	7.199,3	6.921,0	278,3
EBITDA Ajustado	3.445,216	3.070,147	375,069
Margem EBITDA Ajustado	47,9%	44,4%	3,5 p.p.
EBI Ajustado	1.571,424	1.229,844	341,580
Margem EBI Ajustado	30,3%	19,9%	10,4 p.p.
Lucro Líquido	556,731	1.476,279	-919,548
Lucro Líquido	772,106	1.400,983	-628,877
Alavancagem (Div. Lít. / EBITDA Ajustado)	1,43	1,08	0,35
Excluído efeito de Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira e PPA US\$ e incluído a Receita Financeira de Negócios Imobiliários	-	-	32,4%

Os dados não contemplam os impactos do IFRS 16.

Receita Líquida No acumulado da safra, a receita líquida somou R\$ 7.199,3 milhões, uma expansão de 4,0% em relação à safra anterior, decorrente da melhor performance do etanol, com maiores volumes (+4,0%) e preços (+14,6%), parcialmente compensada pela menor quantidade de açúcar vendido (-9,4%), e preços em linha com a safra passada. A performance do indicador foi impactada pelos incêndios ocorridos no final de agosto/24, que provocou alteração do mix de produto, com maior produção de etanol em detrimento ao açúcar e, por consequência, necessidade de ajuste da curva de preços para os produtos. Além disso, a planta de etanol de milho, que consolidou seu primeiro ano completo de operação plena na Safra 2024/25, contribuiu para o maior volume produzido e comercializado do biocombustível. **EBITDA Ajustado** Ao final da Safra 2024/25 o EBITDA Ajustado resultou em R\$ 3.445,2 milhões (+12,2% vs. 12M24), com margem de 47,9% (+3,5 p.p.). A expansão de 12,2%, no ano foi pautada pela combinação de i) reconhecimento de aproximadamente R\$ 316,4 milhões referentes a créditos presumidos de PIS/COFINS sobre a cana-de-açúcar utilizada na produção do açúcar destinado ao mercado externo e créditos associados à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, ii) melhor performance do etanol, e iii) parcialmente compensado pelo menor volume comercializado de açúcar. O EBITDA Ajustado ao final da Safra 2024/25 reflete i) a estabilidade da planta de etanol de milho, ii) maior eficiência na conversão de milho em etanol e iii) a ocorrência de incêndios que reduziram o mix de produção de açúcar e impactaram a estratégia de comercialização.

RECONSTITUIÇÃO DO BENDADO

	12M25	12M24	Δ 12M25/12M24
Lucro Líquido	502,774	1.786,621	-1,283,847
Depreciação e Amortização²	(2.402,175)	(2.357,244)	45,931
Despesa Financeira Líquida	(1.014,629)	(744,864)	-269,765
Resultado Contábil³	3.919,578	4.888,729	-969,151
Margem (%)	54,4%	70,6%	-16,2 p.p.
Direitos Cobersível	(1.213,646)	-	-100,0%
Efeito não Caixa do IFRS 16	(565,303)	(631,744)	-10,0%
Resultados de Negócios Imobiliários	6.918	1.807	n.m.
Resultado de Equivalência Patrimonial	(9,456)	(8,318)	1,137
Margem de Lucro Líquido	30,3%	19,9%	10,4 p.p.
Operações Virtuais - Não exercíveis	509	3,048	-83,3%
Ativos Biológicos	62,653	10,315	n.m.
EBITDA Ajustado	3.445,216	3.070,147	375,069
Margem (%)	47,9%	44,4%	3,5 p.p.
(i) Depreciação e Amortização	(1.817,992)	(1.870,303)	52,311
EBI Ajustado	1.571,424	1.229,844	341,580
Margem (%)	21,8%	17,8%	4,0 p.p.
EBITDA Ajustado	3.445,216	3.070,147	375,069
(i) Capex de Manutenção	(2.011,012)	(1.880,716)	130,296
EBI - CAPEX	1.434,204	1.189,431	244,773
Margem (%)	19,9%	17,2%	2,7 p.p.

1 - Contempla os impactos do IFRS 16

Lucro Líquido e Lucro Caixa O lucro líquido da Companhia na safra 2024/25 totalizou R\$ 502,8 milhões, representando uma contração de 71,9% em relação ao mesmo período da safra passada. O lucro caixa totalizou R\$ 772,1 milhões, representando uma redução de 44,9% ano contra ano. **Investimentos (Capex)**

	12M25	12M24	Δ 12M25/12M24
Planta de Cana - Reforma	578,878	499,970	78,908
Manutenção Entressafras	-	-	15,8%
(Industriais/Agropecuária)	552,895	534,846	3,4%
Tratamentos Culturais	879,240	845,900	3,3%
Manutenção	2.011,012	1.880,716	6,9%
Disponibilidade Operacional	8.089,461	6.536,028	1.553,433
Modernização/Expansão	523,929	406,778	31,0%
Tratamentos Culturais não Recorrentes	86,425	-	n.m.
TOTAL GERAR	2.732,791	2.484,907	10,0%

O Capex de Manutenção totalizou R\$ 2.011,0 milhões no acumulado da safra, representando um crescimento de 6,9% vs.12M24. A expansão refletiu, principalmente, iniciativas de planta de cana-de-açúcar realizadas no período visando maior produtividade de matéria-prima para safra subsequente. Além disso, a contratação de planta do 4724 para 1T25 impactou a base comparativa, potencializando variações no trimestre e no acumulado da safra. No acumulado da safra até março o Capex de Melhorias somou R\$ 102,4 milhões, reduzindo de 48,1% frente a 12M24 reflexo da menor necessidade de reposição de maquinário agrícola e industrial. O Capex de Expansão somou, no 12M25, R\$ 532,9 milhões devido ao cronograma de desembolso dos projetos anunciados para safra: i) Colhedora de 2 linhas na Unidade São Martinho, ii) Biometano na Unidade Santa Cruz, iii) expansão da capacidade de cristalização nas unidades de São Paulo, iv) expansão das áreas irrigadas nas unidades São Martinho e Santa Cruz.

5. Remuneração aos Acionistas A Companhia possui uma Política de Remuneração aos Acionistas (Dividendos) pela qual fixa assegurando um dividendo e/ou juros sobre capital próprio de, no mínimo, 40% do lucro líquido caixa anual ou 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e da constituição da reserva legal, dentre eles o que for maior. Ainda conforme definido na Política, a distribuição mínima de 40% do lucro líquido caixa poderá não ser adotada, por recomendação do Conselho de Administração, nas seguintes hipóteses: • utilização de capital relevante em função de investimento em seus negócios, programa de recompra de ações e/ou eventuais fusões e aquisições; • indicadores de endividamento, tais como o nível de dívida líquida/EBITDA Ajustado superior a 2 vezes, apurada no encerramento do exercício, visando manter o grau de investimento pela S&P; • mudanças fiscais; e • destinação a reservas obrigatórias ou limitação à distribuição de parcela destas que alterem a capacidade de distribuição dos lucros.

	2025
Lucro líquido do exercício	556.731
Constituição de reserva legal - 5%	(27.837)
Lucro líquido após Reserva	528.894
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	132.224
Dividendos Complementares	167.776
Total de Resultados a Distribuir	300.000
Total de Resultados a Distribuir - por ação¹	0,9130
Juros Sobre Capital Próprio pagos	300.000
Dividendos a Pagar	-
Dividendos a Pagar - por ação²	0,0000
1 - Quantidade de ações (ex. tesouraria em milhões): 328,57	

6. Perspectivas

Agrícola - Cana de Açúcar

Guidance 12M26	Realizado 12M25	Var. (%)	
Dados Operacionais			
Cana Processada (mil toneladas)	22.600,0	21.788,2	3,7%
ATR Médio (kg/ton)	139,9	142,5	-1,9%
ATR Produzido (mil tons)	3.161,1	3.105,6	1,8%

As operações de cana-de-açúcar indicam um total de 3.161,1 mil toneladas de ATR a serem produzidas em 12M26 (+1,8% vs. 12M25), decorrente da expansão da moagem em 3,7% ano-contra-ano, totalizando 22,6 milhões de toneladas de cana processada, com ATR médio previsto de 139,9 quilos por tonelada de cana (-1,9% vs. 12M25). A expectativa de maior processamento de cana se refere a i) os efeitos positivos dos investimentos, realizados após os incêndios, na recuperação do canal para a Safra 2025/26, ii) a recorrência das melhores práticas agrícolas associadas a investimentos consistentes em tratamentos culturais, manejo agrícola diferenciado e uso de variedades genéticas com melhor produtividade, contrapondo iii) as condições climáticas adversas, com menor ocorrência de chuvas entre janeiro e maio/25, que prejudicaram as estimativas de produtividade do canal da São Martinho e do setor para 12M26. Abaixo estão detalhadas as estimativas de produção da operação de etanol de milho.

processamento de Milho	Guidance 12M26	Realizado 12M25	Var. (%)
Dados Operacionais			
Milho Processado (mil tons)	515,0	511,4	0,7%
ATR Produzido (mil tons)	377,9	370,8	1,9%
Dados de Produção			
Etanol (mil m³)	216,9	212,6	2,0%
DDGS (mil tons)	139,7	137,4	1,7%
Óleo de Milho (mil tons)	8,2	7,9	4,3%

Para a Safra 2025/26 estima-se uma performance da planta de etanol de milho com i) eficiências industriais em linha com o ano anterior e os parâmetros do projeto, refletindo a estabilização e normalização das condições de operação da planta e ii) expansão do processamento de milho associada à maior moagem diária e mais dias efetivos de produção, resultando no processamento de 515 mil toneladas de milho e na produção de aproximadamente 217 mil metros cúbicos de etanol, com 140 mil toneladas de DDGS e 8 mil toneladas de óleo de milho.

Consolidado - SMTO	Guidance 12M26	Realizado 12M25	Var. (%)
Dados Operacionais			
ATR Produzido (mil tons)	3.539,0	3.476,4	1,8%
Agrícola - Cana de Açúcar			
Cana Processada (mil toneladas)	22.600,0	21.788,2	3,7%
ATR Médio (kg/ton)	139,9	142,5	-1,9%
ATR Produzido (mil tons)	3.161,1	3.105,6	1,8%
Processamento de Milho			
Milho Processado (mil tons)	515,0	511,4	0,7%
ATR Produzido (mil tons)	377,9	370,8	1,9%
Dados de Produção			
Etanol (mil toneladas)	1.600,5	1.329,0	20,4%
Açúcar (mil m³)	1.102,1	1.433,8	-23,1%
Cana de Açúcar	885,2	1.221,2	-27,5%
Milho	216,9	212,6	2,0%
Energia Exportada (mil MWh)	889,9	788,9	12,8%
DDGS (mil tons)	139,7	137,4	1,7%
Óleo de Milho (mil tons)	8,2	7,9	4,3%
Mix Açúcar - Etanol	47% - 53%	45% - 55%	

Capex	Guidance 12M26	Realizado 12M25	Var. (%)
Capex de Manutenção	1.990,5	2.011,0	-1,0%
Melhoria Operacional	125,0	102,4	22,0%
Modernização/Expansão	200,0	532,9	-62,5%
Tratamentos Culturais Não Recorrentes	-	86,4	-100,0%
Capex Total	2.315,5	2.732,8	-15,3%

O Capex de Manutenção previsto para a Safra 2025/26 totaliza cerca de R\$ 2,0 bilhões, uma redução de 1% frente a 12M25, que reflete uma normalização das atividades de plantio, tratamentos culturais e manutenção agroindustrial. Para o Capex de Melhoria Operacional estima-se um desembolso de R\$ 125 milhões, representando uma expansão de 22,0% em relação a 12M25. O incremento previsto reflete o cronograma de reposições de frota agrícola e industrial. Os investimentos em Modernização/Expansão projetados para a Safra 2025/26 contemplam uma redução de 62,5% (vs. 12M25) decorrente principalmente do cronograma de desembolso dos projetos aprovados na Safra 2024/25, totalizando R\$ 200,0 milhões a serem gastos em 12M26. Tal montante inclui i) dispêndios residuais de projetos em fase de conclusão incluindo o projeto de Biometano, ii) expansão do plano de irrigação visando maior resiliência frente a condições climáticas adversas, e iii) desembolso não-recorrente de manutenção da caldeira da Unidade Iracema devido ao incidente ocorrido em março/25, e iv) investimentos menores que apresentam taxa de retorno desvalorizado entre 15% e 20% a.a. em média. O Capex Total para Safra 2025/26 está estimado em, aproximadamente, R\$ 2,3 bilhões, representando uma redução de 15,3% frente a 12M25, o que antes mencionamos que considerações futuras não são garantias de desempenho, envolvem riscos, incertezas e premissas e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. O público deve compreender que condições da indústria e outros fatores operacionais e climáticos podem afetar os resultados futuros da empresa e podem conduzir a resultados que diferem, materialmente, daqueles expressos em tais considerações futuras. **7. GRC (Governança, Riscos, Conformidade e Controles Internos) e ESG (Ambiental, Social e Governança)** RSC A área de GRC – Governança, Riscos, Conformidade e Controles Internos reporta à Diretoria Jurídica, de GRC e de Relações Institucionais e conta com uma gerência exclusiva. Os objetivos da área reforçam o compromisso com os valores da São Martinho, por meio de boas práticas, gestão de riscos, transparência e ética. Assim como outras áreas, GRC está sujeita à Auditoria Interna, que funciona como terceira linha e testa controles. **Governança** Desde seu IPO em 2007, a Governança está alinhada às melhores práticas e exigências do Regulamento do Novo Mercado (B3), com uma estrutura fundamentada na ética, transparência, tratamento igualitário aos acionistas, prestação de contas, gerenciamento de riscos e controles associados ao negócio. A estrutura de governança é composta pela Assembleia de Acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal (permanente) e Diretoria. O Conselho de Administração possui quatro Comitês de Assessoramento: Inovações Tecnológicas, Auditoria, Financeiro e Gestão de Riscos. **Riscos e Controles** A missão de Riscos é baseada nas diretrizes da ISO 31000, adaptada à realidade organizacional. O processo é coordenado pela área de Riscos e supervisionado pelo Conselho e Comitê de Auditoria. A Política de Gestão de Riscos estabelece diretrizes e responsabilidades, definindo o papel da primeira, segunda e terceira linha. Por meio de uma matriz, 33 riscos corporativos são monitorados e reportados para apoiar a tomada de decisão, priorizando a alocação de recursos. Eles estão divididos em riscos táticos e estratégicos e em 9 categorias: financeiro e de mercado; meio ambiente; pessoas; operacional; jurídico e regulatório; conformidade; terceiros; tecnologia; e riscos emergentes. Controles Interiores atuam na análise, avaliação e monitoramento do ambiente de controles, possíveis vulnerabilidades e medidas corretivas para mitigá-los. **Conformidade** A área de Conformidade é responsável por promover e reforçar as melhores práticas de conformidade e supervisionar questões éticas. Sua principal referência é o Código de Ética e Conduta Profissional, que desde 2010 estabelece normas e princípios aplicáveis a todos que mantêm relacionamento com a empresa, bem como as políticas Anticorrupção e ade Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses. A São Martinho disponibiliza um Canal Ético, administrado por empresa independente, assegurando a confidencialidade. A área também é responsável pelo monitoramento de terceiros (fornecedores de matéria-prima, bens e serviços), e acompanhando das questões de proteção de dados pessoais (LGPD). **ESG** A sustentabilidade, Auditoria, Financeiro e Gestão de Riscos. **Riscos e Controles** A missão de Riscos é baseada nas diretrizes da ISO 31000, adaptada à realidade organizacional. O processo é coordenado pela área de Riscos e supervisionado pelo Conselho e Comitê de Auditoria. A Política de Gestão de Riscos estabelece diretrizes e responsabilidades, definindo o papel da primeira, segunda e terceira linha. Por meio de uma matriz, 33 riscos corporativos são monitorados e reportados para apoiar a tomada de decisão, priorizando a alocação de recursos. Eles estão divididos em riscos táticos e estratégicos e em 9 categorias: financeiro e de mercado; meio ambiente; pessoas; operacional; jurídico e regulatório; conformidade; terceiros; tecnologia; e riscos emergentes. Controles Interiores atuam na análise, avaliação e monitoramento do ambiente de controles, possíveis vulnerabilidades e medidas corretivas para mitigá-los. **Conformidade** A área de Conformidade é responsável por promover e reforçar as melhores práticas de conformidade e supervisionar questões éticas. Sua principal referência é o Código de Ética e Conduta Profissional, que desde 2010 estabelece normas e princípios aplicáveis a todos que mantêm relacionamento com a empresa, bem como as políticas Anticorrupção e ade Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses. A São Martinho disponibiliza um Canal Ético, administrado por empresa independente, assegurando a confidencialidade. A área também é responsável pelo monitoramento de terceiros (fornecedores de matéria-prima, bens e serviços), e acompanhando das questões de proteção de dados pessoais (LGPD). **ESG** A sustentabilidade, Auditoria, Financeiro e Gestão de Riscos. **Riscos e Controles** A missão de Riscos é baseada nas diretrizes da ISO 31000, adaptada à realidade organizacional. O processo é coordenado pela área de Riscos e supervisionado pelo Conselho e Comitê de Auditoria. A Política de Gestão de Riscos estabelece diretrizes e responsabilidades, definindo o papel da primeira, segunda e terceira linha. Por meio de uma matriz, 33 riscos corporativos são monitorados e reportados para apoiar a tomada de decisão, priorizando a alocação de recursos. Eles estão divididos em riscos táticos e estratégicos e em 9 categorias: financeiro e de mercado; meio ambiente; pessoas; operacional; jurídico e regulatório; conformidade; terceiros; tecnologia; e riscos emergentes. Controles Interiores atuam na análise, avaliação e monitoramento do ambiente de controles, possíveis vulnerabilidades e medidas corretivas para mitigá-los. **Conformidade** A área de Conformidade é responsável por promover e reforçar as melhores práticas de conformidade e supervisionar questões éticas. Sua principal referência é o Código de Ética e Conduta Profissional, que desde 2010 estabelece normas e princípios aplicáveis a todos que mantêm relacionamento com a empresa, bem como as políticas Anticorrupção e ade Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses. A São Martinho disponibiliza um Canal Ético, administrado por empresa independente, assegurando a confidencialidade. A área também é responsável pelo monitoramento de terceiros (fornecedores de matéria-prima, bens e serviços), e acompanhando das questões de proteção de dados pessoais (LGPD). **ESG** A sustentabilidade, Auditoria, Financeiro e Gestão de Riscos. **Riscos e Controles** A missão de Riscos é baseada nas diretrizes da ISO 31000, adaptada à realidade organizacional. O processo é coordenado pela área de Riscos e supervisionado pelo Conselho e Comitê de Auditoria. A Política de Gestão de Riscos estabelece diretrizes e responsabilidades, definindo o papel da primeira, segunda e terceira linha. Por meio de uma matriz, 33 riscos corporativos são monitorados e reportados para apoiar a tomada de decisão, priorizando a alocação de recursos. Eles estão divididos em riscos táticos e estratégicos e em 9 categorias: financeiro e de mercado; meio ambiente; pessoas; operacional; jurídico e regulatório; conformidade; terceiros; tecnologia; e riscos emergentes. Controles Interiores atuam na análise, avaliação e monitoramento do ambiente de controles, possíveis vulnerabilidades e medidas corretivas para mitigá-los. **Conformidade** A área de Conformidade é responsável por promover e reforçar as melhores práticas de conformidade e supervisionar questões éticas. Sua principal referência é o Código de Ética e Conduta Profissional, que desde 2010 estabelece normas e princípios aplicáveis a todos que mantêm relacionamento com a empresa, bem como as políticas Anticorrupção e ade Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses. A São Martinho disponibiliza um Canal Ético, administrado por empresa independente, assegurando a confidencialidade. A área também é responsável pelo monitoramento de terceiros (fornecedores de matéria-prima, bens e serviços), e acompanhando das questões de proteção de dados pessoais (LGPD). **ESG** A sustentabilidade, Auditoria, Financeiro e Gestão de Riscos. **Riscos e Controles** A missão de Riscos é baseada nas diretrizes da ISO 31000, adaptada à realidade organizacional. O processo é coordenado pela área de Riscos e supervisionado pelo Conselho e Comitê de Auditoria. A Política de Gestão de Riscos estabelece diretrizes e responsabilidades, definindo o papel da primeira, segunda e terceira linha. Por meio de uma matriz, 33 riscos corporativos são monitorados e reportados para apoiar a tomada de decisão, priorizando a alocação de recursos. Eles estão divididos em riscos táticos e estratégicos e em 9 categorias: financeiro e de mercado; meio ambiente; pessoas; operacional; jurídico e regulatório; conformidade; terceiros; tecnologia; e riscos emergentes. Controles Interiores atuam na análise, avaliação e monitoramento do ambiente de controles, possíveis vulnerabilidades e medidas corretivas para mitigá-los. **Conformidade** A área de Conformidade é responsável por promover e reforçar as melhores práticas de conformidade e supervisionar questões éticas. Sua principal referência é o Código de Ética e Conduta Profissional, que desde 2010 estabelece normas e princípios aplicáveis a todos que mantêm relacionamento com a empresa, bem como as políticas Anticorrupção e ade Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses. A São Martinho disponibiliza um Canal Ético, administrado por empresa independente, assegurando a confidencialidade. A área também é responsável pelo monitoramento de terceiros (fornecedores de matéria-prima, bens e serviços), e acompanhando das questões de proteção de dados pessoais (LGPD). **ESG** A sustentabilidade, Auditoria, Financeiro e Gestão de Riscos. **Riscos e Controles** A missão de Riscos é baseada nas diretrizes da ISO 31000, adaptada à realidade organizacional. O processo é coordenado pela área de Riscos e supervisionado pelo Conselho e Comitê de Auditoria. A Política de Gestão de Riscos estabelece diretrizes e responsabilidades, definindo o papel da primeira, segunda e terceira linha. Por meio de uma matriz, 33 riscos corporativos são monitorados e reportados para apoiar a tomada de decisão, priorizando a alocação de recursos. Eles estão divididos em riscos táticos e estratégicos e em 9 categorias: financeiro e de mercado; meio ambiente; pessoas; operacional; jurídico e regulatório; conformidade; terceiros; tecnologia; e riscos emergentes. Controles Interiores atuam na análise, avaliação e monitoramento do ambiente de controles, possíveis vulnerabilidades e medidas corretivas para mitigá-los. **Conformidade** A área de Conformidade é responsável por promover e reforçar as melhores práticas de conformidade e supervisionar questões éticas. Sua principal referência é o Código de Ética e Conduta Profissional, que desde 2010 estabelece normas e princípios aplicáveis a todos que mantêm relacionamento com a empresa, bem como as políticas Anticorrupção e ade Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses. A São Martinho disponibiliza um Canal Ético, administrado por empresa independente, assegurando a confidencialidade. A área também é responsável pelo monitoramento de terceiros (fornecedores de matéria-prima, bens e serviços), e acompanhando das questões de proteção de dados pessoais (LGPD). **ESG** A sustentabilidade, Auditoria, Financeiro e Gestão de Riscos. **Riscos e Controles** A missão de Riscos é baseada nas diretrizes da ISO 31000, adaptada à realidade organizacional. O processo é coordenado pela área de Riscos e supervisionado pelo Conselho e Comitê de Auditoria. A Política de Gestão de Riscos estabelece diretrizes e responsabilidades, definindo o papel da primeira, segunda e terceira linha. Por meio de uma matriz, 33 riscos corporativos são monitorados e reportados para apoiar a tomada de decisão, priorizando a alocação de recursos. Eles estão divididos em riscos táticos e estratégicos e em 9 categorias: financeiro e de mercado; meio ambiente; pessoas; operacional; jurídico e regulatório; conformidade; terceiros; tecnologia; e riscos emergentes. Controles Interiores atuam na análise, avaliação e monitoramento do ambiente de controles, possíveis vulnerabilidades e medidas corretivas para mitigá-los. **Conformidade** A área de Conformidade é responsável por promover e reforçar as melhores práticas de conformidade e supervisionar questões éticas. Sua principal referência é o Código de Ética e Conduta Profissional, que desde 2010 estabelece normas e princípios aplicáveis a todos que mantêm relacionamento com a empresa, bem como as políticas Anticorrupção e ade Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses. A São Martinho disponibiliza um Canal Ético, administrado por empresa independente, assegurando a confidencialidade. A área também é responsável pelo monitoramento de terceiros (fornecedores de matéria-prima, bens e serviços), e acompanhando das questões de proteção de dados pessoais (LGPD). **ESG** A sustentabilidade, Auditoria, Financeiro e Gestão de Riscos. **Riscos e Controles** A missão de Riscos é baseada nas diretrizes da ISO 31000, adaptada à realidade organizacional. O processo é coordenado pela área de Riscos e supervisionado pelo Conselho e Comitê de Auditoria. A Política de Gestão de Riscos estabelece diretrizes e responsabilidades, definindo o papel da primeira, segunda e terceira linha. Por meio de uma matriz, 33 riscos corporativos são monitorados e reportados para apoiar a tomada de decisão, priorizando a alocação de recursos. Eles estão divididos em riscos táticos e estratégicos e em 9 categorias: financeiro e de mercado; meio ambiente; pessoas; operacional; jurídico e regulatório; conformidade; terceiros; tecnologia; e riscos emergentes. Controles Interiores atuam na análise, avaliação e monitoramento do ambiente de controles, possíveis vulnerabilidades e medidas corretivas para mitigá-los. **Conformidade** A área de Conformidade é responsável por promover e reforçar as melhores práticas de conformidade e supervisionar questões éticas. Sua principal referência é o Código de Ética e Conduta Profissional, que desde 2010 estabelece normas e princípios aplicáveis a todos que mantêm relacionamento com a empresa, bem como as políticas Anticorrupção e ade Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses. A São Martinho disponibiliza um Canal Ético, administrado por empresa independente, assegurando a confidencialidade. A área também é responsável pelo monitoramento de terceiros (fornecedores de matéria-prima, bens e serviços), e acompanhando das questões de proteção de dados pessoais (LGPD). **ESG** A sustentabilidade, Auditoria, Financeiro e Gestão de Riscos. **Riscos e Controles** A missão de Riscos é baseada nas diretrizes da ISO 31000, adaptada à realidade organizacional. O processo é coordenado pela área de Riscos e supervisionado pelo Conselho e Comitê de Auditoria. A Política de Gestão de Riscos estabelece diretrizes e responsabilidades, definindo o papel da primeira

operação. Este trabalho identificou que a São Martino está presente em 51 municípios entre os estados de SP e GO, além de mapear as principais atividades realizadas pela operação e seus respectivos impactos positivos e negativos. Por fim, este trabalho avaliou, através de visitas e reuniões com especialistas, o desempenho e potenciais impactos em grupos sociais considerados mais vulneráveis, como Terras Indígenas, Quilombolas e Assentamentos Rurais. A conclusão é que a São Martino não afeta os dois primeiros por estar geograficamente distante desses grupos e, em relação aos assentamentos próximos a operação, não gera potenciais impactos significativos, considerando as medidas de controle que a empresa adota sendo suficientes para mitigar os impactos. **GESTÃO DE PESSOAS** Desde 2020, a Gestão Estratégica de Pessoas é o nosso modelo integrado de gestão de pessoas, baseado nas competências alinhadas ao nosso negócio, que reforça a meritocracia por meio de três processos integrados: a avaliação (de performance e potencial); o desenvolvimento (por meio de Feedback, PDI e Educação Corporativa); e o reconhecimento (Remuneração Fixa e Variável). O objetivo principal do GEP é apoiar a nossa gestão na tomada de decisão sobre os colaboradores que maximizam o desempenho individual e o desempenho organizacional, reforçando comportamentos valorizados pela empresa. É o nosso modelo integrado de gestão de pessoas, baseado nas competências alinhadas ao nosso negócio, que reforça a meritocracia por meio de três processos integrados: a avaliação (de performance e potencial); o desenvolvimento (por meio de Feedback, PDI e Educação Corporativa); e o reconhecimento (Remuneração Fixa e Variável). O objetivo principal do GEP é apoiar a nossa gestão na tomada de decisão sobre os colaboradores que integram seus times, maximizando o desempenho individual e organizacional, reforçando comportamentos valorizados pela empresa. Abaixo detalhamos os Programas de Carreira que a Companhia desenvolve: **Programa de Práticas** Nosso programa de estágio tem como objetivo proporcionar experiências práticas para complementar a formação curricular e acadêmica, gerando desenvolvimento em conteúdos técnicos e novas habilidades comportamentais em competências do dia a dia. O Programa de Estágio da São Martino conta com jornada de desenvolvimento comportamental, conduzido por consultoria especializada em desenvolvimento de pessoas e proporciona também possibilidades de efetivação e construção de carreira na Companhia. **Programa de Treinamentos** Está em sua 9ª edição e tem como propósito inserir no negócio profissionais recém-formados, com alto potencial de desenvolvimento, que em médio-longo prazo alimentam o pipeline de liderança, visando fortalecer o crescimento, a oxigenação e a sustentabilidade da empresa. Nossos treinamentos consistem de um programa estruturado de treinamento e desenvolvimento, com duração média de 12 meses e, durante esse período, seu desempenho é acompanhado para análise de evolução. Esse programa é destinado ao público exter-

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 23 DE JUNHO DE 2025

no, com exceção dos estagiários, que podem participar normalmente do processo seletivo. Ao total, já participaram do nosso programa 280 Trainees. Participantes e ex-participantes do Programa são constantemente acompanhados em agendas de governança de RH para avaliação de possíveis movimentações. A taxa média de retenção do programa é de 60%. **Programa Valores em Ação** São elegíveis os colaboradores internos e o objetivo do programa que já está em sua 6ª edição é promover o desenvolvimento comportamental dos potenciais talentos da companhia, a fim de prepará-los para os desafios previstos em suas carreiras, atendendo às necessidades do negócio no que diz respeito a formação de sucessores. Ao todo, já participaram com o nosso programa 400 colaboradores. **Programa de Sensibilização Comportamental** Criado em 1999, é uma capacitação com foco comportamental que abrange 100% de nossos colaboradores, realizada sempre no nosso período estressante (usualmente em janeiro). A cada safra, elencamos direcionadores estratégicos que deverão nortear os trabalhos durante todo o ciclo por vir, nesse aspecto, ressaltamos comportamentos conectados ao Nosso Jeito de Ser. O programa contou com uma carga horária de 4 horas e participaram mais de 11.600 pessoas, as quais foram desafiadas, inspiradas e capacitadas a agir de forma consciente e impactante ampliando o repertório comportamental. Fazer o Simples e o Combinado pode ser extraordinário. **Programa de Aprendizagem** Nosso ambiente virtual de aprendizagem, que facilita o alcance e a gestão dos treinamentos a todos os colaboradores da São Martino. Nela, é possível acessar os conteúdos de forma remota (pelo computador e dispositivos móveis), de qualquer ambiente (interno ou externo à companhia). São disponibilizados treinamentos online (EAD), videoconferências e webinars, treinamentos híbridos, podcasts, pilulas de conhecimento, provas e avaliações, e trilhas completas de aprendizagem. Na safra 24/25 tivemos 139.763 participações distribuídas em 20.857 horas. **Programa Aprendiz** Realizado em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Em 2023/24, proporcionou em média a capacitação profissional de 16 mil horas de 4 horas e participaram mais de 11.600 pessoas, as quais foram desafiadas, inspiradas e capacitadas a agir de forma consciente e impactante ampliando o repertório comportamental. Fazer o Simples e o Combinado pode ser extraordinário. **Programa de Aprendizagem** Nosso ambiente virtual de aprendizagem, que facilita o alcance e a gestão dos treinamentos a todos os colaboradores da São Martino. Nela, é possível acessar os conteúdos de forma remota (pelo computador e dispositivos móveis), de qualquer ambiente (interno ou externo à companhia). São disponibilizados treinamentos online (EAD), videoconferências e webinars, treinamentos híbridos, podcasts, pilulas de conhecimento, provas e avaliações, e trilhas completas de aprendizagem. Na safra 24/25 tivemos 139.763 participações distribuídas em 20.857 horas. **Programa Aprendiz** Realizado em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Em 2023/24, proporcionou em média a capacitação profissional de 16 mil horas de 4 horas e participaram mais de 11.600 pessoas, as quais foram desafiadas, inspiradas e capacitadas a agir de forma consciente e impactante ampliando o repertório comportamental. Fazer o Simples e o Combinado pode ser extraordinário.

8. Serviços Prestados pelos Auditores Externos
Exercício social findo em 31 de dezembro de 2025
KPMG Auditores Independentes Ltda.
57.755.217/0001-58
"Contratação: 28/06/2024
Início prestação dos serviços: 01/04/2024
Descrição dos serviços prestados: Exame das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de março de 2025 (individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2024, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Adicionalmente a KPMG foi contratada para assegurar o Relatório anual de sustentabilidade, para a revisão das informações dos atributos (RPI, CSL, PIS, CPFINS, ICMS e IPI) e do preenchimento da declaração ECF ano-calendário 2024." Ocorre substituição do auditor independente durante o exercício encerrado em 30 de março de 2025

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Balanco Patrimonial				Demonstração do valor adicionado				
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	
Caixa e equivalentes	4	898.517	204.467	898.588	204.560				
Aplicações financeiras	4	2.004.012	2.672.698	2.184.443	2.946.218				
Contas a receber de clientes	5	457.645	651.856	477.210	666.112				
Instrumentos financeiros derivativos	22	81.482	103.208	81.482	103.208				
Estoques	6	590.958	458.970	597.081	465.564				
Adiantamentos a fornecedores	6	145.980	143.915	145.980	143.915				
Ativos biológicos	7	1.405.729	1.364.508	1.405.729	1.364.508				
Tributos a recuperar	8	423.472	243.790	423.822	243.843				
IR e CS	19	75.301	73.313	75.900	73.355				
Dividendos a receber	9	13.592	-	-	-				
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	-	105.200	-	15.006				
Outros ativos	10	12.732	15.443	15.006	17.874				
Total do circulante		6.109.420	6.037.368	6.305.241	6.229.157				
Ativo não circulante		-	-	-	-				
Realizável a longo prazo		-	-	-	-				
Aplicações financeiras	4	80.196	71.231	80.196	71.231				
Contas a receber de clientes	5	-	-	37.544	32.272				
Adiantamentos a fornecedores	6	56.005	126.731	56.005	126.731				
Instrumentos financeiros derivativos	22	177.367	207.898	177.367	207.898				
Tributos a recuperar	8	704.558	489.454	704.000	490.000				
Depósitos judiciais	19 (j)	8.983	8.983	8.983	8.983				
Direitos com a copescurator	15(b)	369.560	369.560	369.560	369.560				
Total do não circulante		15.228.773	13.918.445	15.464.142	14.142.292				
Total do ativo		21.337.693	19.955.813	21.769.383	20.371.449				

Ativo	Balanco Patrimonial				Demonstração do valor adicionado				
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	
Receitas	25	6.971.099	6.756.027	7.162.304	6.891.738				
Custo dos produtos vendidos	26	(5.450.989)	(5.334.452)	(5.376.732)	(5.216.291)				
Receitas (despesas) operacionais	26	(248.006)	(243.005)	(262.564)	(255.455)				
Despesas com vendas e administrativas	26	(322.312)	(326.074)	(340.066)	(343.266)				
Resultado de equivalência patrimonial	10	251.629	234.069	9.456	8.318				
Outras receitas, líquidas	27	321.368	1.446.346	325.775	1.446.441				
Lucro operacional	28	1.527.789	2.533.411	1.517.403	2.531.485				
Resultado financeiro	28	345.275	308.723	378.732	333.691				
Receitas financeiras	28	345.275	308.723	378.732	333.691				
Despesas financeiras	28	(1.045.606)	(935.202)	(1.050.689)	(939.183)				
Variações monetárias e cambiais, líquidas	28	(126.467)	(93.894)	(126.467)	(93.894)				
Derivativos	28	(216.205)	(45.478)	(216.205)	(45.478)				
Resultado de equivalência patrimonial	10	251.629	234.069	9.456	8.318				
Outras receitas, líquidas	27	321.368	1.446.346	325.775	1.446.441				
Lucro líquido do exercício	29	556.731	1.476.279	556.731	1.476.279				
Lucro líquido e diluído	29	556.731	1.476.279	556.731	1.476.279				
Por ação (em reais)	29	1.6697	4.2622	1.6697	4.2622				

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional A São Martino S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Pradópolis/SP. A Companhia é controlada pelo grupo econômico formado pela matriz social e ativos operacionais de plantas de cana-de-açúcar à fabricação e comercialização de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar, fabricação de etanol de milho e demais coprodutos, cogeração de energia elétrica, exploração de empreendimentos imobiliários, exploração agrícola, importação e exportação de bens, de produtos e de matéria-prima e a participação em outras sociedades. Aproximadamente 70% da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de lavouras próprias, acionistas, empresas ligadas e parcerias agrícolas enquanto os restantes 30% são fornecidos por terceiros (fornecedores). Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil. O período anual de safra no Centro-Sul do Brasil inicia em abril e se encerra em dezembro, ocasionando flutuações nos estoques de cana-de-açúcar. Vale ressaltar que o fornecimento da matéria-prima pode ser afetado por condições climáticas adversas. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para maturação e início de colheita, que geralmente ocorre entre os meses de abril a dezembro, período em que também se concentra a produção de açúcar, etanol e cogeração de energia. A Companhia é controlada pela holding LUN Participações S.A. ("LUN"), com participação de 57,9% no capital votante. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de junho de 2025. **Conflitos Geopolíticos** Os conflitos geopolíticos representam um risco para a São Martino. A escalada desses conflitos em regiões-chave de produção de petróleo pode aumentar as variações nos preços de produtos vendidos, taxas, câmbio e insumos e questões logísticas, a depender da situação. Esses riscos podem impactar a receita e custos operacionais da Companhia. **Variações Cambiais** Riscos associados às condições climáticas podem impactar a Companhia, especialmente quando há questões híbridas decorrentes de secas prolongadas e inundações, refletindo negativamente a produtividade dos canais e, consequentemente a produção de açúcar, etanol e outros coprodutos, podendo afetar as receitas, custos e valor dos ativos biológicos. **Focos de Incêndio** Conforme comunicado ao mercado divulgado em 26 de agosto de 2024, a Companhia informou aos acionistas e ao mercado que, entre quinta-feira (22/8) e domingo (25/8), aproximadamente 20 mil hectares de cana-de-açúcar da Companhia foram atingidos pelos incêndios generalizados que afetaram o setor. Os focos foram combatidos pelas brigadas de incêndio da Companhia, sem registro de vítimas ou impactos em outros ativos. A cana-de-açúcar atingida foi processada sem impactos significativos no Açúcar Total Recuperável – ATR em relação ao Guidance de Produção para Safra 2024/2025. Para preservar a produtividade nas safras seguintes, foram realizados R\$ 86 milhões em investimentos complementares em plantas e tratores culturais. **Incêndio Unidade Iracema** Conforme comunicado ao mercado divulgado em 26 de março de 2025, a Companhia informou aos acionistas e ao mercado que no dia 23 de março de 2025, um incêndio atingiu uma caldeira dentro do parque industrial da Unidade Iracema. As chamas foram combatidas pelas brigadas de incêndio da Companhia com apoio de equipes locais, sem registro de vítimas ou impactos em outros ativos. A Companhia já acionou a Apólice de Seguros que abrange danos materiais e lucros cessantes. O impacto do incêndio paralisou uma caldeira para Safra 2025/26 e poderá reduzir em até 30% a capacidade de produção diária na unidade, com moagem estimada de aproximadamente 2,4 milhões de toneladas em referida safra. Tal impacto é restrito à Unidade Iracema na Safra 2025/26. **Reforma tributária** Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar 214, primeira regulamentação da reforma tributária. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (contribuição sobre bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e IPI. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras atuais. **2. Resumo das políticas contábeis materiais** **2.1 Declaração de conformidade e base de preparação** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos contábeis interpretados e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRS")), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") [atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS Accounting Standards)], incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As referidas demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos e ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requeri-

Ativo	Balanco Patrimonial				Demonstração do valor adicionado				
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	
Receitas	25	6.971.099	6.756.027	7.162.304	6.891.738				
Custo dos produtos vendidos	26	(5.450.989)	(5.334.452)	(5.376.732)	(5.216.291)				
Receitas (despesas) operacionais	26	(248.006)	(243.005)	(262.564)	(255.455)				
Despesas com vendas e administrativas	26	(322.312)	(326.074)	(340.066)	(343.266)				
Resultado de equivalência patrimonial	10	251.629	234.069	9.456	8.318				
Outras receitas, líquidas	27	321.368	1.446.346	325.775	1.446.441				
Lucro operacional	28	1.527.789	2.533.411	1.517.403	2.531.485				
Resultado financeiro	28	345.275	308.723	378.732	333.691				
Receitas financeiras	28	345.275	308.723	378.732	333.691				
Despesas financeiras	28	(1.045.606)	(935.202)	(1.050.689)	(939.183)				
Variações monetárias e cambiais, líquidas	28	(126.467)	(93.894)	(126.467)	(93.894)				
Derivativos	28	(216.205)	(45.478)	(216.205)	(45.478)				
Resultado de equivalência patrimonial	10	251.629	234.069	9.456	8.318				
Outras receitas, líquidas	27	321.368	1.446.346	325.775	1.446.441				
Lucro líquido do exercício	29	556.731	1.476.279	556.731	1.476.279				
Lucro líquido e diluído	29	556.731	1.476.279	556.731	1.476.279				
Por ação (em reais)	29	1.6697	4.2622	1.6697	4.2622				

Ativo	Balanco Patrimonial				Demonstração do valor adicionado				
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	
Receitas	25	6.971.099	6.756.027	7.162.304	6.891.738				
Custo dos produtos vendidos	26	(5.450.989)	(5.334.452)	(5.376.732)	(5.216.291)				
Receitas (despesas) operacionais	26	(248.006)	(243.005)	(262.564)	(255.455)				
Despesas com vendas e administrativas	26	(322.312)	(326.074)	(340.066)	(343.266)				
Resultado de equivalência patrimonial	10	251.629	234.069	9.456	8.318				
Outras receitas, líquidas	27	321.368	1.446.346	325.775	1.446.441				
Lucro operacional	28	1.527.789	2.533.411	1.517.403	2.531.485				
Resultado financeiro	28	345.275	308.723	378.732	333.691				
Receitas financeiras	28	345.275	308.723	378.732	333.691				
Despesas financeiras	28	(1.045.606)	(935.202)	(1.050.689)	(939.183)				
Variações monetárias e cambiais, líquidas	28	(126.467)	(93.894)	(126.467)	(93.894)				
Derivativos	28	(216.205)	(45.478)	(216.205)	(45.478)				
Resultado de equivalência patrimonial	10	251.629	234.069	9.456	8.318				
Outras receitas, líquidas	27	321.368	1.446.346	325.775	1.446.441				
Lucro líquido do exercício	29	556.731	1.476.279	556.731	1.476.279				
Lucro líquido e diluído	29	556.731	1.476.279	556.731	1.476.279				
Por ação (em reais)	29	1.6697	4.2622	1.6697	4.2622				

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Balanco Patrimonial				Demonstração do valor adicionado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	

Continuação		2025		2024	
de 31 a 60 dias	11.318	40.598	12.338	41.260	
de 61 a 90 dias	2.978	39.034	3.931	39.755	
de 91 a 120 dias	27.332	110.504	28.222	111.156	
de 121 a 180 dias	1.499	3.013	1.883	4.069	
acima de 180 dias	76.278	23.037	117.705	62.739	
Total	451.244	650.106	508.279	696.578	
Vencidos e não provisionados:					
até 30 dias	2.920	321	2.274	256	
de 31 a 60 dias	38	43	47	57	
de 61 a 90 dias	5	654	18	482	
de 91 a 120 dias	1	1	1	1	
de 121 a 180 dias	89	656	99	491	
acima de 180 dias	3.346	50	4.026	503	
Total	45.745	1.486	6.876	1.806	
45.745	651.856	514.754	698.384		

Do saldo a receber, R\$ 2.961 na Controladora e R\$ 216 no Consolidado (comparado a R\$ 1.018 na Controladora e R\$ 240 no Consolidado em 31 de março de 2024) referem-se a partes relacionadas, conforme detalhado na nota 9. **Estoque e adiantamentos a fornecedores**

	Controladora	Consolidado
Circulante	2025	2024
Ativos acabados e em elaboração	234.770	234.770
Materia-Prima - Milho	113.919	157.034
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	23.705	48.601
Adiantamentos - compras de insumos e produtos acabados	122.276	95.314
Renovável - CBIOS (I)	567	1.642
Insumos, materiais auxiliares para manutenção e outros	241.692	236.433
Itens em Terrenos	-	6.124
Outros	-	6.124
realização dos estoques	(2.814)	(2.814)
Total	736.939	602.885
Total	602.885	743.061
Total	609.479	

(/I) Em 31 de março de 2025, existiam 11 mil CBIOS escriturados e registrados a valor realizável líquido (em comparação com 23 mil CBIOS em 31 de março de 2024). Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, e são ajustados, quando necessário, por meio da provisão para redução aos valores de realização. No caso dos estoques de terrenos (Itens em Terrenos), que correspondem aos investimentos imobiliários, são apresentados pelo custo histórico. Do saldo de adiantamentos registrados em 31 de março de 2025 na rubrica de estoques, R\$ 625 na Controladora e no Consolidado referem-se a partes relacionadas (comparado a R\$ 1.286 na Controladora e no Consolidado em 31 de março de 2024), conforme detalhado na nota 9. **Ativos biológicos** Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta produtora), que serão utilizados como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. A cada colheita, são realizados os tratamentos culturais, que proporcionam melhores condições para o crescimento e desenvolvimento da lavoura após a colheita. Com a realização desse processo, a lavoura de cana-de-açúcar (ativo imobilizado) ganha produtividade e consequentemente aumento da sua vida útil. Sendo assim, os dispêndios com custos culturais são classificados no grupo de atividades de investimentos da demonstração do fluxo de caixa.

Ativos biológicos são mensurados ao custo menos as despesas de vendas. A mensuração a valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente: (i) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação de: (/) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável); e (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e (b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (/) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (/ii) custos com a colheita/Corte, Transbordo e Transporte - CTC; (/iii) custo de capital, máquinas e equipamentos; (/iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (/v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. As principais premissas utilizadas na determinação do referido valor justo foram:

	2025	2024
Área total estimada de colheita (ha)	254.689	246.604
Quantidade de Açúcar Total Recuperável "ATR" por hectare	11,96	12,15
Preço médio projetado de ATR (R\$)	1,20	1,12
Nas demonstrações financeiras atuais, a taxa de desconto utilizada para cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 10,0% a.a. (9,6% a.a. em 31 de março de 2024). Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, utilizando uma taxa de desconto, adequada para remunerar o investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos, com contrapartida na subconta "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na rubrica "Custos dos produtos vendidos" no resultado do exercício. A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante o exercício é a seguinte:		
Controladora e Consolidado	2025	2024
Saldo inicial	1.563.158	1.351.751
Valor justo	(198.550)	(191.183)
Saldo inicial de ativos biológicos:	1.364.508	1.160.568
Aumentos decorrentes de tratos	959.234	868.238
Preço médio projetado de ATR (R\$)	392.784	527.378
Variação no valor justo (I)	(61.467)	(7.367)
Redução decorrentes da colheita	(1.249.330)	(1.184.244)
Saldo final de ativos biológicos:	1.405.729	1.364.508
Composto por:		
Custo histórico	1.665.746	1.563.058
Valor justo	(260.017)	(198.550)
Saldo final de ativos biológicos:	1.405.729	1.364.508

(/I) A variação no valor justo do ativo biológico de 31 de março de 2025 contempla os impactos dos incêndios ocorridos durante a safra. As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes de mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Por consequência dessas exposições, o resultado das safras futuras podem ser afetados, aumentados ou reduzidos. **Análise de sensibilidade do valor justo** A Companhia avalia o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2025, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 126.485. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 115.009. **8. Tributos a recuperar** A composição dos saldos de tributos a recuperar é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Circulante	2025	2024
PIS / COFINS (I)	241.122	120.204
CMST	118.880	119.420
Reintegro	528	1.533
Outros	2.628	3.173
Total	423.472	243.730
Total	423.472	243.843

(/I) A variação do saldo de PIS/COFINS a recuperar refere-se principalmente à contabilização das seguintes créditos: a) R\$ 253.955 referente aos créditos registrados

	10º Plano	11º Plano	12º Plano	13º Plano	14º Plano	15º Plano	16º Plano	Total
Data de concessão do plano	10/12/2018	09/12/2019	14/12/2020	13/12/2021	12/12/2022	11/12/2023	16/12/2024	
Data limite para exercício	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	
Saldo inicial de opções virtuais outorgadas	1.138.512	1.092.712	754.982	511.172	1.463.211	1.393.489	1.821.251	8.202.331
Quantidade opções virtuais exercidas/extintas	(828.137)	(448.830)	(82.211)	(24.896)	(56.325)	-	-	(1.440.399)
Saldo opções virtuais a exercer	305.376	643.882	672.769	538.279	1.406.886	1.393.489	1.821.251	6.761.932
Preço do exercício (R\$)	19,07	19,38			33,70	33,70	25,38	

As opções virtuais para cada um dos planos poderão ser exercidas após os seus respectivos períodos de carência, que seguem a seguinte sistemática: 1/3 após 2º ano da outorga, 1/3 após o 3º ano da outorga e 1/3 após o 4º ano da outorga, todas com prazo limite conforme estabelecido em cada plano. Os valores limites aprovados em

	% de participação	Patrimônio líquido	Valor contábil do investimento	Resultado com equivalência patrimonial
Controladora	2025	2024	2025	2024
Empresas				
Classificados no Investimento				
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (I)	5,41%	1.125.891	60.960	53.094
Outros		1.613	1.598	9.443
Total classificados no Investimento	1.125.891	980.599	62.573	62.537

(/I) Conforme disciplina o item 16 do CPC 18 (R2), a participação no CTC é contabilizada aplicando o método da equivalência patrimonial, uma vez que a Companhia através da sua controlada SM Inova possui influência significativa por ter participação direta no Conselho de Administração da investida. Não existem participações recíprocas entre a controladora e as investidas. A movimentação dos investimentos durante o exercício foi a seguinte:

	Ativo	Passivo
Informações financeiras resumidas dos investimentos	31 de março de 2025	31 de março de 2025
Empresas	Circulante	Não circulante
SM Terras Agrícolas	41.737	15.319
SM Terras Imobiliárias	21.221	15.833
SM Inova	35.104	2.907
SM Inova	2.167	5.760
SM Inova	21.626	2.188
SM Inova	19.468	7.144
SM Inova	16	6
SM Inova	16	15
SM Inova	16	1
SM Inova	16	1
SM Inova	42.949	3.429
Total	209.793	209.793

ciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados. Lavouras de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras (*bearer plants*) que são exclusivamente utilizadas para cultivar a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, oito anos após o seu primeiro corte. Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do Imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para uso pretendido.

	Edifícios e depen- e instalações	Equipamentos e instalações	Máquinas e Implemen- tos	Lavoura de cana-de- açúcar	Obras em andamento	Outros	Total
Controladora	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2024
Saldos em 31 de março de 2023	96.046	549.477	1.869.538	605.699	35.134	5.774.273	
Aquisição	-	4.189	24.820	36.142	1.763	1.112.990	
Gastos manutenção entrressafra	-	-	276.247	-	-	29.327	
Transferência imobilizado/biológico	-	-	-	-	-	(527.313)	
Custo da alienação	-	-	(796)	(2.284)	(33.692)	(8)	(4.880)
Transferências entre grupos	-	-	367.858	(117.297)	(161.002)	-	(8.937)
Depreciação	(17.493)	(369.858)	(117.297)	(161.002)	-	(674.567)	
Saldos em 31 de março de 2024	96.046	576.914	2.162.157	360.862	518.459	489.474	6.181.744
Depreciação	(96.046)	(158.992)	(1.099.963)	(273.842)	(465.588)	(1.947.584)	(889.474)
Valor residual	96.046	576.914	2.162.157	360.862	518.459	489.474	6.181.744
Saldos em 31 de março de 2024	96.046	576.914	2.162.157	360.862	518.459	489.474	6.181.744
Custo total	96.046	814.054	3.556.132	711.423	1.376.662	2.121.101	6.181.744
Depreciação acumulada	(177.899)	(1.099.963)	(306.967)	(521.533)	(1.099.963)	(2.121.101)	(6.181.744)
Valor residual	96.046	636.155	2.162.966	414.466	715.127	478.574	6.181.744
Valores Residuais:	24.760	584.083	2.142.472	402.769	708.627	37.075	6.467.705
Mais-valia	71.286	52.072	134.494	11.697	6.429	275.978	

com fundamento na IN RFB nº 2.121/2022 que esclarece e regulamenta a aplicação do crédito presumido de PIS/COFINS sobre a cana-de-açúcar, conforme previsto no artigo 8º da Lei nº 10.925/2004. Do montante registrado, R\$ 199.446 está na rubrica de outras receitas (Nota 27) e R\$ 54.509 está classificado como estoques e custos; e b) R\$ 189.232 de créditos relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS sobre o etanol, dos quais R\$ 117.400 contabilizados na rubrica de outras receitas (Nota 27) e R\$ 71.832 na rubrica de resultado financeiro. Os créditos serão utilizados substancialmente nas operações da Companhia. Os saldos de tributos a recuperar advêm das transações mercantis e de antecipações. **9. Partes relacionadas**

	Controladora	Consolidado
a) Saldos da Controladora e do Consolidado:	2025	2024
Contas a receber (I)	483	229
Bio SV	1.016	366
Bio SC	19	27
Bioenergia SM	303	-
SM Terras Imobiliárias	877	7
SM Terras Agrícolas	7	7
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	19	19
Outros	251	318
Total	2.961	1.018
2.961	1.018	240

Estoque e adiantamentos a fornecedores CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. Outros

	2025	2024
Dividendos a receber	11.329	-
SM Terras Imobiliárias	2.256	-
SM Inova	7	-
SM Logística	7	-
Total	13.592	-

Adiantamento para futuro aumento de capital Biometo SC (II)

	2025	2024
Receita de vendas	12.983	8.489
Bio SV	8.492	7.725
Bio SC	3.272	4.740
Bioenergia SM	12.584	-
Bio SM	37.331	20.952

Receita de arrendamento (Compras de mercadorias e serviços) / despesas reembolsadas MT Terras Agrícolas (75.261) (95.528) CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (21.917) (21.909) SM Terras Imobiliárias (34.932) (34.123) Bio SV 348 446 Bioenergia SM 143 117 Bio SM 116 127

Acionistas e partes relacionadas Compra de cana-de-açúcar / arrendamento de terras / despesas reembolsadas Agro Pecuária Boa Vista S/A Outros (59.518) (59.964) (59.518) (59.964) (28.383) (22.310) (29.153) (22.957) (87.901) (82.274) (88.671) (82.561)

Resultado financeiro Receitas (despesas) financeiras Luiz Ometto Participações S.A. Outros (I) (53.349) (50.117) (53.349) (50.117) (53.349) (49.171) (53.349) (50.266) (/) Ajuste a valor presente de contratos de parcerias e arrendamentos, líquidos de tributos. As receitas de vendas referem-se à venda de vapor, enquanto as compras de produtos e serviços incluem a aquisição de cana-de-açúcar, energia elétrica, serviços de industrialização de vapor e royalties. As despesas reembolsadas por controladas ou partes relacionadas correspondem a gastos rateados de serviços administrativos. Os contratos com partes relacionadas observam a Política de Transações com Partes Relacionadas com revisão aprovada pelo Conselho de Administração em 17.6.2024. As transações são formalizadas mediante contratos com cláusulas e condições que refletem os preços e práticas de mercado, os quais devem ser comutativos, gerando valor para ambas as partes contratantes. Os contratos com partes relacionadas referem-se, em sua maioria, à contratos de parceria e arrendamento, alienação e aquisição de participação acionária, compartilhamento de despesas, e, ocasionalmente, contratos de aluguel, compra e venda de mudas e compra e venda de energia. No Formulário de Referência da Companhia, Item 11.2, são informados os detalhes dos contratos, tais como: objeto, garantias, natureza, data da transação, montante envolvido, saldo, duração e taxa de juros. Os contratos de parceria e arrendamento de cana são celebrados a partir das condições e preços médios de mercado da respectiva região, com vigência média de 5 anos, com até 2 cortes opcionais, multa de 20% em casos de descumprimento contratual, sem juros. Os contratos de compartilhamento de despesas, seguem as determinações da Receita Federal de Transações com Partes Relacionadas com revisão aprovada pelo Conselho de Administração em 17.6.2024. As transações são formalizadas mediante contratos com cláusulas e condições que refletem os preços e práticas de mercado, os quais devem ser comutativos, gerando valor para ambas as partes contratantes. Os contratos com partes relacionadas referem-se, em sua maioria, à contratos de parceria e arrendamento, alienação e aquisição de participação acionária, compartilhamento de despesas, e, ocasionalmente, contratos de aluguel, compra e venda de mudas e compra e venda de energia. No Formulário de Referência da Companhia, Item 11.2, são informados os detalhes dos contratos, tais como: objeto, garantias, natureza, data da transação, montante envolvido, saldo, duração e taxa de juros. Os contratos de parceria e arrendamento de cana são celebrados a partir das condições e preços médios de mercado da respectiva região, com vigência média de 5 anos, com até 2 cortes opcionais, multa de 20% em casos de descumprimento contratual, sem juros. Os contratos de compartilhamento de despesas, seguem as determinações da Receita Federal de Transações com Partes Relacionadas com revisão aprovada pelo Conselho de Administração em 17.6.2024. As transações são formalizadas mediante contratos com cláusulas e condições que refletem os preços e práticas de mercado, os quais devem ser comutativos, gerando valor para ambas as partes contratantes. Os contratos com partes relacionadas referem-se, em sua maioria, à contratos de parceria e arrendamento, alienação e aquisição de participação acionária, compartilhamento de despesas, e, ocasionalmente, contratos de aluguel, compra e venda de mudas e compra e venda de energia. No Formulário de Referência da Companhia, Item 11.2, são informados os detalhes dos contratos, tais como: objeto, garantias, natureza, data da transação, montante envolvido, saldo, duração e taxa de juros. Os contratos de parceria e arrendamento de cana são celebrados a partir das condições e preços médios de mercado da respectiva região, com vigência média de 5 anos, com até 2 cortes opcionais, multa de 20% em casos de descumprimento contratual, sem juros. Os contratos de compartilhamento de despesas, seguem as determinações da Receita Federal de Transações com Partes Relacionadas com revisão aprovada pelo Conselho de Administração em 17.6.2024. As transações são formalizadas mediante contratos com cláusulas e condições que refletem os preços e práticas de mercado, os quais devem ser comutativos, gerando valor para ambas as partes contratantes. Os contratos com partes relacionadas referem-se, em sua maioria, à contratos de parceria e arrendamento, alienação e aquisição de participação acionária, compartilhamento de despesas, e, ocasionalmente, contratos de aluguel, compra e venda de mudas e compra e venda de energia. No Formulário de Referência da Companhia, Item 11.2, são informados os detalhes dos contratos, tais como: objeto, garantias, natureza, data da transação, montante envolvido, saldo, duração e taxa de juros. Os contratos de parceria e arrendamento de cana são celebrados a partir das condições e preços médios de mercado da respectiva região, com vigência média de 5 anos, com até 2 cortes opcionais, multa de 20% em casos de descumprimento contratual, sem juros. Os contratos de compartilhamento de despesas, seguem as determinações da Receita Federal de Transações com Partes Relacionadas com revisão aprovada pelo Conselho de Administração em 17.6.2024. As transações são formalizadas mediante contratos com cláusulas e condições que refletem os preços e práticas de mercado, os quais devem ser comutativos, gerando valor para ambas as partes contratantes. Os contratos com partes relacionadas referem-se, em sua maioria, à contratos de parceria e arrendamento, alienação e aquisição de participação acionária, compartilhamento de despesas, e, ocasionalmente, contratos de aluguel, compra e venda de mudas e compra e venda de energia. No Formulário de Referência da Companhia, Item 11.2, são informados os detalhes dos contratos, tais como: objeto, garantias, natureza, data da transação, montante envolvido, saldo, duração e taxa de juros. Os contratos de parceria e arrendamento de cana são celebrados a partir das condições e preços médios de mercado da respectiva região, com vigência média de 5 anos, com até 2 cortes opcionais, multa de 20% em casos de descumprimento contratual, sem juros. Os contratos de compartilhamento de despesas, seguem as determinações da Receita Federal de Transações com Partes Relacionadas com revisão aprovada pelo Conselho de Administração em 17.6.2024. As transações são formalizadas mediante contratos com cláusulas e condições que refletem os preços e práticas de mercado, os quais devem ser comutativos, gerando valor para ambas as partes contratantes. Os contratos com partes relacionadas referem-se, em sua maioria, à contratos de parceria e arrendamento, alienação e aquisição de participação acionária, compartilhamento de despesas, e, ocasionalmente, contratos de aluguel, compra e venda de mudas e compra e venda de

Continuado A Companhia espera cumprir os *covenants* para os próximos 12 meses após a data do relatório. **17. Patrimônio líquido a) Capital social** Nas demonstrações financeiras atuais, o capital social é R\$ 4.445.192 (R\$ 3.941.717 em 31 de março de 2024) e está dividido em 332.435.391 (346.375.066 em 31 de março de 2024) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 372.000.000 (trezentos e setenta e dois milhões) de ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem caberá fixar as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de julho de 2024, os acionistas aprovaram um aumento de capital no montante de R\$ 503.475, sem emissão de novas ações, por meio da capitalização da Reserva de Incentivos Fiscais. **b) Ações em tesouraria** Por se tratar de instrumentos patrimoniais próprios que são reacquiridos, são reconhecidos ao custo de aquisição, contabilizados como conta redutora do Patrimônio Líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Em 30 de setembro de 2024, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração o cancelamento de 13.939.675 ações em tesouraria, e abertura do 8º Programa de recompra de ações limitado a 10.000.000 ações. Abaixo, segue a movimentação ocorrida no exercício:

	2024	2025
Quantidade	54.400	17.532
Preço médio (reais)	29,99	28,31
Montante total	1.632,5	496,30

c) Ajustes de avaliação patrimonial *Deemed cost* Corresponde à mais-valia de custo atribuída de terras, edificações e dependências, equipamentos e instalações industriais, veículos e máquinas e implementos agrícolas. Os valores estão registrados líquidos dos efeitos tributários, são realizados com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica "Lucros acumulados". **Valor justo de *hedged accounting*** Corresponde aos resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos não realizadas/liquidadas, classificadas como *hedged accounting*. O saldo mencionado é revertido do patrimônio líquido em etapas, na proporção em que ocorrerem os vencimentos/embarques das operações correlatas. **d) Reserva de Lucros Reserva legal** A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por objetivo assegurar a integridade do capital social e só pode ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. **Reserva para orçamento de capital** A reserva para orçamento de capital está destinada aos investimentos na ampliação da capacidade produtiva e em diversos projetos de aperfeiçoamento de processos e capital de giro. **Reserva de lucros a realizar** Refere-se a resultados não realizados, sendo composta da venda da participação detida na Agro Pecuaría Boa Vista SA, venda de imóveis rurais e de empreendimentos imobiliários e o resultado de ganho por mudança de participação acionária. Em 31 de março de 2024 houve a liquidação da venda da participação da Agro Pecuaría Boa Vista SA e consequentemente foram provisionados os dividendos referente a conclusão da operação. **Reserva de incentivos fiscais** A Companhia possui programa de incentivo fiscal estadual, junto ao Estado de Goiás na forma de diferimento do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado "Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir", com redução parcial deste. A utilização do benefício está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no programa, cujas condições referem-se a fatores sob controle da Companhia. O benefício resulta em redução no pagamento desse imposto e calculado sobre o saldo devendo apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal. O valor da subvenção apurado no exercício foi registrado na demonstração de resultado na rubrica de "Deduções da receita bruta", reduzindo a conta "ICMS a receber". Pela impossibilidade de destinação como dividendos, foi constituída reserva para incentivos fiscais, em contrapartida à conta de Lucros Acumulados, no montante apurado da subvenção até 31 de dezembro de 2023. O valor destinado dos Lucros Acumulados para a rubrica de Reserva de Incentivos Fiscais que impactou o resultado nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2024 foi de R\$ 333.607, tanto na Controladora quanto no Consolidado, sendo R\$ 77.942 referentes ao ICMS Produzir e R\$ 255.665 referentes aos demais incentivos fiscais de ICMS, conforme o Tema Repetitivo 1.182 do Superior Tribunal de Justiça descrito na nota 21.4 (até 31 de dezembro de 2023). Com a alteração na legislação, a Lei 14.789/23 determino a tributação dos incentivos fiscais, e consequentemente não sendo mais necessária a constituição da reserva de lucros. **e) Dividendos e juros sob capital próprio** Em 19 de junho de 2024, o Conselho de Administração aprovou a antecipação de remuneração aos acionistas no montante bruto de R\$ 150.000, pagos através de juros sob capital próprio. Em 17 de junho de 2024, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração a antecipação de remuneração aos acionistas no montante bruto de R\$ 150.000, pagos através de juros sob capital próprio, em 09 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou a antecipação de remuneração aos acionistas no montante bruto de R\$ 150.000, pagos através de juros sob capital próprio. Os juros sobre capital próprio foram gerados dos dividendos apurados no exercício social em curso. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de julho de 2024, os acionistas ratificaram o pagamento de dividendos mínimos no montante de R\$ 134.047, conforme proposto pela administração no exercício encerrado em 31 de março de 2024, acrescidos de R\$ 16.056 provenientes da realização da reserva de lucros a realizar, totalizando o saldo de dividendos a pagar de R\$ 150.103, que foram pagos aos acionistas em 13 de agosto de 2024. A Companhia possui uma Política de Remuneração aos Acionistas (Dividendos) da qual fica assegurado um dividendo e/ou juros sob capital próprio de, no mínimo, 40% do lucro líquido caixa anual, conforme cálculo apresentado na tabela a seguir e na carta financeira divulgada pela Companhia, ou 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e da constituição da reserva legal, dentre eles o que for maior. A distribuição mínima de 40% do lucro caixa poderá não ser adotada, por recomendação do Conselho de Administração, nas seguintes hipóteses: utilização de capital relevante em função de investimento em seus negócios, programa de recompra de ações e/ou eventuais fusões e aquisições; indicadores de endividamento, tais como, dívida líquida/EBITDA, ajudando no enquadramento do exercício social de 2024, visando o crescimento e grau de investimento pela S&P; e mudanças fiscais; e destinação a reservas obrigatórias ou limitação à distribuição de parcela destas que alterem a capacidade de distribuição dos lucros. A tabela abaixo demonstra os dividendos baseados na política de remuneração:

	2025	2024
LAIR	502.774	1.786.621
LAIR Contábil	556.721	1.836.423
Lucro Líquido do Exercício	556.721	1.476.279
Efeito não caixa do IFRS no LAIR	133.541	133.541
IR/CS Contábil	(53.957)	310.342
Imposto de Renda	(22.068)	(2.889)
Depósito Judicial (IR/CS IAA)	-	(203.406)
Ajuste do Ativo Biológico	62.654	10.314
Lucro Caixa	772.106	1.709.181
Política de Dividendos (I)	267.212	267.212
Reserva de Lucros a Realizar	300.000	16.057
Total de Resultados a Distribuir	300.000	283.272

(I) Em 31 de março de 2024 o Conselho de Administração deliberou o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios de 25%. A tabela a seguir, demonstra a proposta de destinação do lucro do exercício.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	556.731	1.476.279
Constituição de reserva legal - 5%	(27.837)	(73.814)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	(333.607)
Base de cálculo para distribuição de dividendos - mínimos obrigatórios	528.894	1.068.858
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	132.224	267.215
Juros sobre o capital próprio, pagos	300.000	150.000
IRR sobre juros sobre o capital próprio	(42.689)	(21.832)
Outros dividendos mínimos obrigatórios a pagar	125.087	134.047
Realização de reserva de lucros a realizar, a pagar	-	16.057
Total	257.311	283.272
Dividendo por ação	0,8191	0,8191
Qtde de ações líquido de tesouraria - 31 de março	328.578	345.831

(II) O saldo de Juros sob Capital Próprio (JCP) deliberado durante o exercício superou os dividendos mínimos obrigatórios. O montante de R\$ 125.087, apresentado como dividendos antecipados, refere-se ao excedente do JCP deliberado em relação ao mínimo obrigatório. **18. Programa de participação nos lucros e resultados** A Companhia tem como política a administração do programa de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. O montante dessa participação no exercício atual foi de R\$ 93.005 na Controladora e R\$ 93.935 no Consolidado (em 31 de março de 2024, o R\$ 240,4 na Controladora e R\$ 80.645 no Consolidado). **19. Imposto de renda e contribuição social** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A Companhia adotou a interpretação IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro. A interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os instrumentos tributários são incertos quanto a aplicação da IAS 12 (IPC 32). A entidade deve desenvolver incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (IPC 32). A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia não identificou impactos na sua adoção. **a) Composição dos saldos**

	Controladora	Consolidado
Ativo circulante	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social, a recuperar	75.301	73.313
Passivo circulante - Débitos correntes - Imposto de renda e contribuição social, a pagar	-	5.834
Total	75.301	79.147

b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido

	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados
Controladora	2024	2025
Prejuízos fiscais/Base negativa	3.446	26.430
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre indêbitos tributários (I)	6.937	-
Instrumentos financeiros derivativos	(43.826)	90.507
Provisão para contingências e outras obrigações	166.313	(1.580)
Varição cambial ativa	27.617	(4.777)
Ativo Biológico/Produto Agrícola	72.848	21.007
Arrendamento Mercantil	89.824	74.736
Outros ativos	(30.285)	(10.618)
Total do IR e CS ativo diferido	353.544	195.705
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	(100.147)	6.391
Depreciação acelerada incentivada	(464.238)	(86.390)
Benefício fiscal sobre	-	(94.266)
ágio incorporado	(197.959)	-
Varição Cambial passiva	(48.114)	11.527
Outros passivos	(68.551)	(64.008)
Total do IR e CS passivo diferido	(1.006.172)	190.898
Saldo do IR e CS diferidos	(652.750)	302.893

Consolidado

	2023	2024	2025
Prejuízos fiscais/Base negativa	3.617	(171)	3.446
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre indêbitos tributários (I)	6.937	-	6.937
Instrumentos financeiros derivativos	111.885	(122.827)	(32.883)
Provisão para contingências e outras obrigações	109.416	56.897	-
Varição cambial ativa	136.322	56.740	-
Outros ativos	136.322	56.740	-
Total do IR e CS ativo diferido	373.422	13.001	(32.883)
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	(109.333)	8.916	-
Depreciação acelerada incentivada	(616.564)	152.326	-
Benefício fiscal sobre	-	-	(464.238)
ágio incorporado	(197.959)	-	(197.959)
Varição Cambial passiva	(48.114)	11.527	-
Outros passivos	(68.551)	(64.008)	-
Total do IR e CS passivo diferido	(1.006.172)	190.898	(861.279)
Saldo do IR e CS diferidos	(632.750)	302.893	(558.386)

Consolidado

	2023	2024	2025
Prejuízos fiscais/Base negativa	3.617	(171)	3.446
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre indêbitos tributários (I)	6.937	-	6.937
Instrumentos financeiros derivativos	111.885	(122.827)	(32.883)
Provisão para contingências e outras obrigações	109.416	56.897	-
Varição cambial ativa	136.322	56.740	-
Outros ativos	136.322	56.740	-
Total do IR e CS ativo diferido	373.422	13.001	(32.883)
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	(109.333)	8.916	-
Depreciação acelerada incentivada	(616.564)	152.326	-
Benefício fiscal sobre	-	-	(464.238)
ágio incorporado	(197.959)	-	(197.959)
Varição Cambial passiva	(48.114)	11.527	-
Outros passivos	(68.551)	(64.008)	-
Total do IR e CS passivo diferido	(1.006.172)	190.898	(861.279)
Saldo do IR e CS diferidos	(632.750)	302.893	(558.386)

Consolidado

	2023	2024	2025
Prejuízos fiscais/Base negativa	3.617	(171)	3.446
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre indêbitos tributários (I)	6.937	-	6.937
Instrumentos financeiros derivativos	111.885	(122.827)	(32.883)
Provisão para contingências e outras obrigações	109.416	56.897	-
Varição cambial ativa	136.322	56.740	-
Outros ativos	136.322	56.740	-
Total do IR e CS ativo diferido	373.422	13.001	(32.883)
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	(109.333)	8.916	-
Depreciação acelerada incentivada	(616.564)	152.326	-
Benefício fiscal sobre	-	-	(464.238)
ágio incorporado	(197.959)	-	(197.959)
Varição Cambial passiva	(48.114)	11.527	-
Outros passivos	(68.551)	(64.008)	-
Total do IR e CS passivo diferido	(1.006.172)	190.898	(861.279)
Saldo do IR e CS diferidos	(632.750)	302.893	(558.386)

Consolidado

	2023	2024	2025
Prejuízos fiscais/Base negativa	3.617	(171)	3.446
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre indêbitos tributários (I)	6.937	-	6.937
Instrumentos financeiros derivativos	111.885	(122.827)	(32.883)
Provisão para contingências e outras obrigações	109.416	56.897	-
Varição cambial ativa	136.322	56.740	-
Outros ativos	136.322	56.740	-
Total do IR e CS ativo diferido	373.422	13.001	(32.883)
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	(109.333)	8.916	-
Depreciação acelerada incentivada	(616.564)	152.326	-
Benefício fiscal sobre	-	-	(464.238)
ágio incorporado	(197.959)	-	(197.959)
Varição Cambial passiva	(48.114)	11.527	-
Outros passivos	(68.551)	(64.008)	-
Total do IR e CS passivo diferido	(1.006.172)	190.898	(861.279)
Saldo do IR e CS diferidos	(632.750)	302.893	(558.386)

Consolidado

	2023	2024	2025
Prejuízos fiscais/Base negativa	3.617	(171)	3.446
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre indêbitos tributários (I)	6.937	-	6.937
Instrumentos financeiros derivativos	111.885	(122.827)	(32.883)
Provisão para contingências e outras obrigações	109.416	56.897	-
Varição cambial ativa	136.322	56.740	-
Outros ativos	136.322	56.740	-
Total do IR e CS ativo diferido	373.422	13.001	(32.883)
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	(109.333)	8.916	-
Depreciação acelerada incentivada	(616.564)	152.326	-
Benefício fiscal sobre	-	-	(464.238)
ágio incorporado	(197.959)	-	(197.959)
Varição Cambial passiva	(48.114)	11.527	-
Outros passivos	(68.551)	(64.008)	-
Total do IR e CS passivo diferido	(1.006.172)	190.898	(861.279)
Saldo do IR e CS diferidos	(632.750)	302.893	(558.386)

Consolidado

	2023	2024	2025
Prejuízos fiscais/Base negativa	3.617	(171)	3.446
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre indêbitos tributários (I)	6.937	-	6.937
Instrumentos financeiros derivativos	111.885	(122.827)	(32.883)
Provisão para contingências e outras obrigações	109.416	56.897	-
Varição cambial ativa	136.322	56.740	-
Outros ativos	136.322	56.740	-
Total do IR e CS ativo diferido	373.422	13.001	(32.883)
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	(109.333)	8.916	-
Depreciação acelerada incentivada	(616.564)	152.326	-
Benefício fiscal sobre	-	-	(464.238)
ágio incorporado	(197.959)	-	(197.959)
Varição Cambial passiva	(48.114)	11.527	-
Outros passivos	(68.551)	(64.008)	-
Total do IR e CS passivo diferido	(1.006.172)	190.898	(861.279)
Saldo do IR e CS diferidos	(632.750)	302.893	(558.386)

Consolidado

	2023	2024	2025
Prejuízos fiscais/Base negativa	3.617	(171)	3.446
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre indêbitos tributários (I)	6.937	-	6.937
Instrumentos financeiros derivativos	111.885	(122.827)	(32.883)
Provisão para contingências e outras obrigações	109.416	56.897	-
Varição cambial ativa	136.322	56.740	-
Outros ativos	136.322	56.740	-
Total do IR e CS ativo diferido	373.422	13.001	(32.883)
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	(109.333)	8.916	-
Depreciação acelerada incentivada	(616.564)	152.326	-
Benefício fiscal sobre	-	-	(464.238)
ágio incorporado	(197.959)	-	(197.959)
Varição Cambial passiva	(48.114)	11.527	-
Outros passivos	(68.551)	(64.008)	-
Total do IR e CS passivo diferido	(1.006.172)	190.898	(861.279)
Saldo do IR e CS diferidos	(632.750)	302.893	(558.386)

Consolidado

	2023	2024	2025
Prejuízos fiscais/Base negativa	3.617	(171)	3.446
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre indêbitos tributários (I)	6.937	-	6.937
Instrumentos financeiros derivativos	111.885	(122.827)	(32.883)
Provisão para contingências e outras obrigações	109.416	56.897	-
Varição cambial ativa	136.322	56.740	-
Outros ativos	136.322	56.740	-
Total do IR e CS ativo diferido	373.422	13.001	(32.883)
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	(109.333)	8.916	-
Depreciação acelerada incentivada	(616.564)	152.326	-
Benefício fiscal sobre	-	-	(464.238)
ágio incorporado	(197.959)	-	(197.959)
Varição Cambial passiva	(48.114)	11.527	-
Outros passivos	(68.551)	(64.008)	-
Total do IR e CS passivo diferido	(1.006.172)	190.8	

